

Os embates políticos de 2015

Lutas por democracia, transparência, salário, preservação do HU e do HRAC e contra os ataques da Cert devem marcar o próximo ano...

As conquistas políticas, organizativas e salariais da greve de 118 dias realizada pelas estaduais paulistas deixaram marcas importantes, mas ainda há batalhas a travar, que deverão ocorrer em 2015.

Democratização. Está agendada para 7/4/2015 a sessão do Conselho Universitário (Co) que deverá discutir um tema central: a instância que deliberará sobre mudanças estatutárias e regimentais na USP. Do ponto de vista da Adusp, reivindicamos a realização de uma Estatuinte, Exclusiva, Soberana e Paritária, que seja dissolvida imediatamente após o encerramento de seus trabalhos. Não subestimamos os obstáculos políticos a enfrentar, para obter – da oligarquia que controla a Universidade – a construção deste instrumento de democratização das relações sociais e de exercício do poder na USP.

Ao longo de 2014 a Adusp apresentou propostas para a democratização da USP, ao Co e ao corpo da universidade, oriundas de debate e deliberações históricas de docentes, estudantes e funcionários técnico-administrativos. Tais propostas enunciam nossa concepção de universidade pública, explicitam perspectivas de potencialização de um trabalho acadêmico crítico e de qualidade e também se ocupam do exercício do poder na universidade e da relação desta com a sociedade. Estão à disposição de todos em nossa página (<http://bit.ly/13h1tsa>). Por deliberação do Conselho de Representantes da Adusp, editaremos um caderno a ser distribuído a cada docente, contendo a coleção completa dessa documentação, uma forma de contribuir para a necessária ampliação deste debate, que é central para o futuro da universidade e para a qualidade do trabalho acadêmico.

É igualmente importante obter a completa transparência das re-

ceitas e despesas da USP, em todas as suas instâncias. Nossa reivindicação é clara: a divulgação de dados brutos e não agregados sobre as contas da USP. Estamos longe de alcançar este objetivo, que permanecerá prioritário em nossa pauta. O envolvimento do corpo da universidade neste embate e na análise dos dados divulgados cerceará a possibilidade de manipulação de diretrizes orçamentárias e de gastos, evitando que seja apenas a administração central que detenha o controle absoluto dos recursos. Será mais difícil, por exemplo, aprovar um orçamento que contraria as diretrizes orçamentárias, como acaba de acontecer na sessão de 9/12 do Co.

Salários e LDO. Dada a atual intransigência do governo Alckmin em negociar aumento do investimento nas estaduais paulistas na LOA em debate na Alesp (veja matéria na p. 6), 2015 trará desafios para o financiamento das estaduais paulistas. No que se refere a salários, nosso mote permanecerá o mesmo: “Arrocho, Não!”

A solução estratégica para a manutenção adequada da capacidade de Ensino, Pesquisa e Extensão de qualidade é o aumento do percentual do investimento na USP, Unesp e Unicamp e sua perenização. Em maio de 2015 pressionaremos o Executivo e Alesp para mudar não só os atuais 9,57% para 10% do ICMS-QPE, como também a sua base de cálculo: reivindicamos que seja a mesma dos municípios. Além disso, é central mudar as regras do teto salarial, hoje o subsídio de Alckmin, para 90,25% do subsídio de um ministro do Supremo Tribunal Federal.

HU, HRAC e PIDV. Ao mesmo tempo em que alardeiam “crise”, Zago e Vahan declaram que a USP não precisa de mais investimento do Estado. Um dos ganhos políticos da greve foi o

isolamento da Reitoria da USP no Cruesp, pois os demais reitores hoje acompanham o Fórum das Seis em declarar a urgência de aumento do investimento perene nas estaduais paulistas. Como Zago e Vahan sabem que mais verbas são necessárias, adotam uma perspectiva privatista e empresarial: livrar-se de pessoal e de supostos “pesos mortos”.

Os eleitos como “pesos mortos” foram o Hospital de Recuperação de Anomalias Craniofaciais (HRAC ou Centrinho) de Bauru e o Hospital Universitário (HU) na Cidade Universitária, ambos importantes órgãos de ensino e pesquisa (ver matéria sobre o HU na p. 3). No caso do HRAC, a Reitoria modificou, com quórum indevido – 50% + 1 no lugar dos necessários 2/3 de todos os membros do Co – o status do Centrinho, que deixaria de ser órgão complementar da USP; a expectativa era passar a administração deste para a Secretaria da Saúde, destruindo sua vocação para a pesquisa e o ensino. A reação política causada por esta ação da Reitoria foi tão forte, que Alckmin disse publicamente não haver interesse do Estado em assumir o HRAC.

A Adusp entrou com petição contra a votação realizada no Co, para que a decisão seja anulada; e obteve 27 assinaturas de conselheiros para que seja colocada na pauta do Co. A petição não foi pautada na sessão de 9/12, mas deverá aparecer na primeira reunião de 2015. Pouco antes do fechamento desta edição recebemos manifestação da Procuradoria Geral da USP sobre a petição, endossada pela Comissão de Legislação e Recursos do Co. A assessoria jurídica da Adusp fará uma análise detalhada dessa resposta; porém, um exame preliminar já mostra que a peça é pífia, por certo prestando-se apenas para ganhar tempo.

Para livrar-se de pessoal, Zago, Vahan e o Co aprovaram um Plano de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), sem nenhum estudo de potencial impacto na

vida acadêmica da USP. A medida da “consistência” do PIDV pode ser aferida pelo interessante comentário do Secretário da Fazenda de Alckmin sobre tal plano como política para a USP: “me incluía fora desta”.

Os ataques da CERT.

Mas há ainda outro recurso para livrar-se de pessoal, ou pelo menos enxugar despesa: a Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT). Já ouvimos muitos relatos que indicam a volta deste tribunal de exceção, constituído por 13 docentes escolhidos pelo reitor e a ele subordinados que, com base em critérios produtivistas e subjetivos, ameaçam colegas em estágio probatório de passá-los de RDIDP para RTP ou RTC, ameaçam chefes de Departamentos e contestam pareceres departamentais. Há o testemunho de colegas, que imaginavam haver passado em concurso para uma Universidade, que foram informados em reunião com membros da CERT: “só as publicações contam”. Já enfrentamos e derrotamos esta política antes; ela volta agora com os mesmos objetivos, patrocinada por quem já foi presidente da Inquisição: recurso de intimidação dos recém-contratados e destruição de produção intelectual crítica e de qualidade. Esse quadro faz parecer natural que o propalado GT-Atividade Docente procure evitar qualquer debate. Como antes, enfrentaremos energicamente esta agressão à universidade e ao trabalho acadêmico.

2015 promete! Como em 2014, nossa capacidade de produzir ideias e propostas, nossa organização e disposição de luta permanecem potencializadas pelos ganhos organizativos da greve de 118 dias. Saberemos enfrentar a conjunção da arrogância imperial e autoritária da Reitoria para com o corpo da universidade e sua subserviência aos desígnios e às políticas do governo Alckmin.

Enquanto isto, boas festas e boas férias para todos!

Festa da Adusp lota Clube da Universidade

Realizada em 5/12 no Clube da Universidade (antigo Clube dos Professores), a tradicional festa de final de ano da Adusp desta vez reuniu quase 200 docentes, obrigando a organização a montar mesas de última hora. A música esteve a cargo da Banda Mandau, que tem feito os shows nos últimos anos. Os músicos apresentaram-se no Anexo, de modo que a festa contou com dois ambientes.

Coube aos professores César Minto e Francisco Miraglia, em nome da diretoria da Adusp, receber os colegas, vários dos quais compareciam pela primeira vez à festa anual da entidade. A animação foi grande e durou até uma hora da manhã. Uma ambulância esteve à disposição para qualquer eventualidade médica, mas felizmente não precisou ser acionada.

“O número de participantes surpreendeu”, informou a secretária Alexandra Moretti, da Adusp, responsável pela logística do evento. Apesar disso, o serviço funcionou perfeitamente. A comida esteve excepcional: foram consumidos mais de 50 kg de carne e peixe, com destaque para o salmão. Tudo acompanhado de vinho tinto ou branco e cerveja. Na sobremesa, doces e café expresso.



Fotos: Daniel Garcia



Descontração, música de qualidade e muita animação deram o tom na Festa 2014

“Unindo forças” vence a eleição na APG e promete combater “universidade mínima”

Entre os dias 29 e 31/10 ocorreram as eleições para a Associação de Pós Graduandos da Capital (APG Helenira “Preta” Rezende). “Após a maior greve da Universidade, os pós-graduandos são chamados à reflexão sobre sua entidade representativa”, convocou a APG, cuja direção foi disputada pelas chapas “Pós ativa, voz ativa” e “Unindo Forças”. Elas receberam respectivamente 194 votos (33,16%) e 391 votos (66,83%), ficando a chapa da situação com a vitória. O pleito contou com 594 votos no total, dos quais 2 brancos e 7 nulos.

Ao mesmo tempo, foram realizadas as eleições dos representantes discentes da pós-graduação para o Conselho Universitário, Conselho de Pós-Graduação, Conselho de Pesquisa e Conselho de Cultura e Extensão Universitária. Foram permitidas votações on-line e as cadeiras foram divididas proporcionalmente entre as chapas.

A chapa vencedora afirma estar “unindo forças contra a universidade mínima, por um projeto de

universidade que amplie o acesso ao ensino, desenvolva a pesquisa e aprofunde a extensão”. Mais: “O expressivo crescimento da nossa categoria nos possibilita apresen-

tar com peso as nossas reivindicações. Mas para isso precisamos de APGs e RDs cada vez mais fortes, presentes, atuantes e representativos, com construção coletiva, in-

tegrada e transparente”.

A direção reeleita da APG reivindica a realização de uma Estatuante para tornar as decisões na universidade mais democráticas.

Relatório de Tesouraria da Adusp - abril a outubro de 2014

Mês	Contribuição líquida dos associados	Salários e encargos (1)	Comunicação (2)	Eventos e campanhas (3)	Fundo Reserva
abril/14	218.865,80	137.156,74	27.437,67	5.522,92	986.510,95
maio/14	218.513,22	154.967,22	27.384,98	31.264,17 (24.339,15)	995.643,20
junho/14	223.313,43	188.251,43	14.834,02	71.458,22 (67.495,66)	967.568,83
julho/14	218.496,99	145.994,29	9.978,52	14.429,60 (10.400,24)	977.602,95
agosto/14	218.485,72	163.387,38	29.520,17	117.954,98 (106.922,66)	824.432,80
setembro/14	218.401,15	135.038,13	20.600,95	75.629,59 (61.779,48)	827.514,23
outubro/14	225.159,43	172.466,88	21.744,80	27.718,74 (23.767,44)	827.441,99

1. Os funcionários da Adusp são regidos pela CLT: as variações decorrem, entre outros motivos, em função de adiantamentos de férias, que são descontadas no mês seguinte (vide, por exemplo, junho e julho); em função da greve houve também necessidade de recorrer a horas-extras de diversos funcionários. As assessorias (jurídica + contábil + imprensa) somam mensalmente um valor quase constante, da ordem de R\$ 13 mil (uma exceção são os meses de abril e outubro, quando despesas extras com questões jurídicas acrescentaram, respectivamente, R\$ 10 mil e R\$ 5 mil); as despesas com assessorias não estão incluídas nessa linha.

2. Os itens mais importantes nessa linha são a confecção da Revista Adusp e a impressão do Informativo (apenas essa última custa entre R\$ 11 mil e R\$ 15 mil por mês, quando há apenas 2 edições);

3. Entre parênteses encontra-se o valor investido na campanha de Data-base 2014.

Como vai a saúde do HU?

Pronto Atendimento do pessoal da USP e ambulatório da Ortopedia foram fechados e Obstetrícia funciona em regime especial

Aproximam-se as festas de final de ano, mas não há motivo para comemorações para quem acompanha o embate em torno do Hospital Universitário da USP (HU). Na realidade, o que se vê, com grande preocupação, podem ser prenúncios de mais um desmonte, programado e progressivo, de um serviço público de qualidade reconhecida.

O GT-Saúde da Adusp tem se reunido com representantes do corpo clínico e com funcionários do hospital, que relatam situações que vêm se tornando insustentáveis, por histórica falta de contratações: o número de médicos disponíveis para a cobertura das necessidades por estes profissionais, em diversas áreas do HU, é altamente insuficiente; o mesmo acontece em algumas áreas atendidas pelos demais funcionários.

Essa realidade pode tornar-se ainda mais dramática se, seguindo os acenos inconsequentes da Reitoria, um número expressivo de funcionários aderirem ao PIDV. Ocorre que as necessidades de cobertura médica em todas as escalas que caracterizam um hospital de média complexidade (nível 2), como o HU — que atende sozinho a uma região (Distrito Butantã e Jaguaré) com população superior a 500 mil habitantes, equivalente a uma cidade de porte médio, como Ribeirão Preto — vinham sendo cobertas por plantões, remunerados como horas-extras.

Conforme noticiado em números anteriores do *Informativo Adusp*, na folha salarial de outubro e nas subsequentes houve, sem aviso prévio, o corte das horas extras, inclusive as já trabalhadas, para atender à exigência de redução salarial, também no HU. Outros pagamentos, como o dos ajustes de carreira, atrasado há meses, e o do retroativo conquistado na greve também sucumbiram ao corte.

Plantões. Gerson Salvador, médico do HU e diretor do Sindicato dos Médicos (Simesp), informa que anteriormente o teto era aplicado segundo as regras do serviço público federal, o que importava uma diferença, a mais, da ordem de R\$ 8 mil. Os médicos, em geral, têm uma jornada semanal de 36 horas (24 horas como diarista e 12 horas como plantonista), sendo

que o plantão, considerado hora extra, em horário noturno ou fim de semana, é pago com 100% de acréscimo, o que pode ultrapassar o novo teto salarial, que, no Estado, está imprópriamente atrelado aos subsídios do governador. É preciso ter em conta que apenas os profissionais mais antigos, com vários quinquênios e sexta-parte, chegam a essa situação, quando da realização dos plantões; a carreira em si, de médicos e funcionários, segue as mesmas regras da USP, os contratos se dão em regime CLT, nível superior, sendo esse o caso de todos os médicos.

Vale ressaltar que, além de diaristas e plantonistas, os médicos e outros profissionais exercem também importantes atividades de ensino, já que o HU foi planejado como centro de aperfeiçoamento: residência, graduação e pós-graduação, com caráter multidisciplinar, na área da Saúde.

Além de problemas mais facilmente constatados pelos usuários, como os relatados a seguir, por óbvio, foi exatamente a área de ensino, formação e pesquisa aquela mais afetada pela situação que se criou: apesar de que vários médicos, segundo relatos, tivessem se disposto (durante, no máximo, três meses!) a, até, cobrir algumas atividades emergenciais sem pagamento adicional, isso não inclui parte das atividades de orientação e pesquisa.

Há, inclusive, informações de que o Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA-Brasil), im-



Equipe do HU protesta contra desvinculação, durante sessão do Conselho Universitário no IPT (26/8)

portante programa de pesquisa de caráter internacional, poderia sofrer interrupção, também por falta do necessário aporte financeiro. Entre a problemática mais visível ao público geral, anteriormente citada, estão as seguintes ocorrências: fechamento do Pronto Atendimento (que funcionava acoplado ao setor SAMD) do pessoal da universidade; fechamento do ambulatório da Ortopedia, que passou a priorizar as emergências do Pronto Socorro; funcionamento da Obstetrícia de forma precária, contando com alguns plantões em regime de voluntariado; aumento do número dos plantões da UTI dos médicos com menor tempo de serviço e de menores salários, além de escalas reduzidas ao mínimo preconizado, também nos atendimentos cirúrgicos.

Multiprofissional. “O HU é fruto do sonho de estudantes progressistas que almejavam uma formação mais próxima do paciente. E conquistou um modelo que permite atenção multiprofissional, formação de qualidade e proteção ao usuário”. A frase, citada em

evento do Simesp, consta da mais recente edição (84) da revista *Dr!*, desse sindicato, dedicada à defesa do HU. Todos os usuários antigos, bem como os mais de 2.400 estudantes de graduação e pós que lá estagiaram em 2013 sabem, na prática, o significado disso.

Isso sem falar nos quase 20 mil (!) casos de emergência que são atendidos mensalmente no HU, incluindo acidentados nas várias rodovias que cortam a região, e que acabam por ocupar fração ponderável dos leitos disponíveis.

Por fim, a Comissão de Estudos criada pelo Conselho Universitário resultou em uma auditoria, em andamento, no HU (conduzida pela entidade Proasa – HC+FGV), para analisar sua gestão e seu financiamento. Segundo relatos, essa auditoria deve estar concluindo seus trabalhos.

Com tudo isso ocorrendo, uma pergunta que não quer calar: como o superintendente, professor Waldir Jorge, dá conta dos três cargos que exerce na administração de órgãos e unidades da USP? Afinal de contas, ele dirige simultaneamente a Faculdade de Odontologia, a Superintendência de Assistência Social e, agora, também o HU (vide <http://goo.gl/w2oPb6>).

Dentre tanta insatisfação, uma boa notícia: foi eleita, pelos seus pares, uma Diretoria Clínica composta por José Pinhata Otoch e Gerson Salvador (vice). Além, é claro, do fato de continuar havendo uma comissão de 43 funcionários do hospital que vêm se encontrando regularmente para discutir ações em defesa do HU.

Vamos continuar lutando pela manutenção da qualidade do ensino, da pesquisa e da assistência à saúde no HU!

Contrato emergencial em Bauru?

Em Bauru, o contrato entre a USP e a Unimed local para prestação de serviços de saúde a docentes e funcionários, assinado em setembro de 2009 pela então reitora Suely Vilela e com vigência inicial de 12 meses, expirou em setembro de 2014, visto que a cláusula 13ª, item 2, estipula que as prorrogações terão “o limite máximo de 60 meses, contados a partir da data de sua assinatura”. Um aditivo firmado em novembro de 2009 excluiu os estudantes da condição de beneficiários.

Segundo o *Diário Oficial do Estado* de 14/10/14, o pregão realizado em 9/10 pela USP para licitar uma nova contratação de serviços médicos e complementares em Bauru foi declarado “deserto”. Aparentemente, firmou-se um contrato emergencial com a Unimed.

Reitor agride verbalmente alunas representantes na reunião do Co de 9/12

Gabriela Ferro, Marcela Carbone, Naiara Schranck e Vanessa Couto, representantes discentes da graduação no Conselho Universitário (Co), divulgaram documento em que denunciam o reitor e diretores de unidades por tê-las agredido verbalmente e tentado intimidá-las no decorrer dos trabalhos da reunião de 9/12 desse colegiado. O texto está na página do Diretório Central dos Estudantes-Livre “Alexandre Vannucchi Leme” (<http://goo.gl/cxYp2X>).

A reunião do Co teve como pauta principal o orçamento da USP para 2015. “Mais uma vez, a Reitoria cortará em cerca de 30% o orçamento da USP, prejudicando atividades de ensino, pesquisa e extensão”, dizem as RDs. No entanto, prosseguem, referindo-se a denúncias de violência sexual e racismo na FMUSP, “o que mais chamou atenção no Co não foi a discussão orçamentária, mas sim o tema das violações de direitos humanos, da violência a mulheres, negras, negros e LGBTs, em espaços da USP”.

O documento registra que só após a realização de três audiências na Alesp é que o reitor se pronunciou sobre o tema, mas o fez, para o espanto das RDs, “da pior maneira possível”. Isso porque, ao falar na reunião, “Zago preferiu voltar suas críticas àquelas e àqueles que têm denunciado os casos de agressão na USP, e não aos agressores”. Segundo o reitor, “os que pedem a punição dos agressores na USP são, na verdade, ‘inquisidores’, ‘purificadores’ e adeptos de ‘autos de fé’”.

“Evidentemente, nós, RDs, não ouvimos caladas tais declarações. Não é admissível que a mais alta figura hierárquica da universidade, o reitor, reproduza uma das principais lógicas da perpetuação do machismo e do preconceito, a saber, a culpabilização das vítimas e não dos opressores. Tal postura, em essência, legitima institucionalmente que práticas de transgressão dos direitos humanos, como o machismo, racismo e a LGBTfobia, se perpetuem na USP”.

Assim, elas decidiram contestar as afirmações feitas em defesa de uma suposta preservação da “imagem” da universidade. Citaram as propostas elaboradas em espaços do movimento estudantil, que há tempos exige que a Reitoria tome medidas urgentes: cam-

panha contra a violência à mulher, centro de referência para orientações jurídicas, médicas e psicológica. “Deixamos claro que não admitiríamos nenhum tipo de omissão por parte da USP”.

Provocações. Porém, denunciam as RDs, “frente aos nossos questionamentos, teve início uma série de agressões morais, protagonizadas pelo reitor Zago e por diversos diretores, contra aquelas (nós) que ousavam criticá-los”. Uma primeira representante foi interrompida diversas vezes pelo reitor, dizem: “Zago tentava a todo tempo desmoralizá-la, alterando o tom de voz e se utilizando de sua posição de autoridade, não permitindo que o raciocínio da RD fosse concluído”. Depois disso, “diretores seguiram, em pronunciamentos e informalmente, debochando das RDs, fa-

zendo abertamente piadas e provocações acerca das denúncias colocadas, e um deles filmando de maneira constrangedora, com um aparelho celular, as representantes discentes”.

O ápice da situação: “Após o pronunciamento de uma das RDs sobre o tema orçamentário, Zago simplesmente não reconheceu a legitimidade dos argumentos apresentados e, de modo arbitrário e autoritário, diante de todo o conselho, ordenou que voltasse ao microfone e se retratasse, posto que o reitor discordava de seus argumentos. Ao tomar a palavra, a RD imediatamente foi interrompida pelo reitor, que gritava repetidas vezes, em altíssimo tom de voz: ‘Você é incapaz de me responder’, não permitindo que a RD sequer iniciasse sua fala, configurando uma inadmissível tentativa de desestabilizar a estudante e

enfraquecer seus argumentos e colocações políticas”.

O documento lembra que a composição do Co evidencia sub-representação de estudantes e funcionários: “As duas maiores categorias da universidade são as menos representadas no Co. Queríamos nessa nota agradecer a grande solidariedade que recebemos dos representantes dos funcionários, os quais falaram em nossa defesa, e dos estudantes da pós-graduação”.

O machismo de M.A. Zago já apareceu em outras oportunidades (vide p. ex. <http://goo.gl/SklyS>), revelando uma faceta perturbadora do atual reitor. A novidade de 9/12 é o envolvimento ostensivo de diretores no clima de agressão moral e chacota contra as RDs. Será que, a par do declínio político-ideológico da estrutura de poder da USP, assistiremos também à sua erosão ética?

Violência sexual é tema de seminário da GU

O seminário “Violências de Gênero, Raça-Etnia e decorrentes de outros marcadores sociais”, novo debate organizado pela Superintendência de Prevenção e Proteção e aberto à comunidade, deu prioridade às questões suscitadas por denúncias feitas na Assembleia Legislativa de São Paulo sobre violações de direitos humanos na USP, principalmente nos cursos de medicina. Realizado em 9/12, contou com a presença da professora Heloísa Buarque de Almeida (FFLCH), coordenadora do Programa USP Diversidade; da superintendente Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer; e de guardas universitários, funcionários, professores e estudantes.

Para chegar ao conceito de violência, Ana Pastore explicou as diferenças entre agressividade, violência e criminalidade. A agressividade é um sentimento de dinamismo presente em várias situações, como no esporte, e que pode ou não se desenvolver em violência, dirigida contra outras pessoas ou contra a própria pessoa. A criminalidade é definida por lei. A violência sexual ocorre em todo o mundo, mas as estatísticas disponíveis não são muito confiáveis, uma

vez que a maioria das mulheres prefere não denunciar, por medo ou vergonha.

“Violência sexual acontece em todo o mundo, em todas as camadas sociais, não é prerrogativa de camadas populares, de baixa renda, não escolarizadas; e geralmente ela se dá entre conhecidos e muitas vezes entre parceiros íntimos”, comentou a superintendente. “A universidade tem o papel de apontar programas de apoio e cuidados às vítimas e é preciso realmente trabalhar com uma ênfase educativa, preventiva. É possível enfrentar a violência sexual e outras formas de violência com programas de assistência e apoio psicológicos. A Universidade de São Paulo tem que ousar com programas para os agressores: não basta punir, enclausurar e excluir; é preciso reincluir, ouvir; se trata de perceber que a violência faz parte de um circuito”.

Atendimento. Heloísa Buarque, por sua vez, observou que não se estava falando, ali, “do imaginário do estupro da rua escura”, mas “da violência que vem de colegas, de funcionários e professores”. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde,

de, um quarto das mulheres já sofreu violência sexual vinda de parceiros íntimos; e um terço delas começou sua vida sexual de forma forçada.

Muitas vezes a violência sexual não é acompanhada de violência física, o que dificulta ainda mais a denúncia. No entender da professora, os casos de violência têm vindo à tona porque hoje em dia as mulheres entendem que estão sofrendo uma agressão, diferentemente dos anos 1980, quando as mulheres que sofriam abusos em festas, por exemplo, se sentiam culpadas.

“A primeira coisa que a gente tem que pensar é na noção de consentimento, porque alguns homens não entendem quando a mulher fala ‘não’. ‘Ah! Ela está tentando ser difícil’. Vamos entender que quando elas falam ‘não’ é ‘não?’”, indagou Heloísa, lembrando que a USP já sinalizou que criará um centro de atendimento às vítimas.

“O outro problema que a gente tem na USP, que é muito grave e está aparecendo nessas denúncias, é o trote. E é o que eu digo para os alunos: o trote tem que acabar. É uma tradição? Sinto muito. Tem tradição que é melhor que acabe logo”.

Relatório final da CNV pede que militares torturadores sejam desanistiados e punidos

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) divulgou, em 10/12, seu relatório final, resultado de dois anos e sete meses de atividade. O relatório, que contém mais de 4 mil páginas, foi entregue pela manhã à presidente Dilma Rousseff, em cerimônia no Palácio do Planalto. Em seguida foi apresentado pela CNV em audiência pública na Ordem dos Advogados do Brasil e depois entregue também ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal.

Em que pesem as insuficiências institucionais da CNV, relacionadas às inconsistências e limitações do projeto de lei que a criou, bem como os erros cometidos na condução do trabalho de investigação, o relatório é contundente e constitui-se numa referência bem mais avançada do que as posições defendidas pelo governo federal no tocante à Ditadura Militar (1964-1985).

O relatório descreve extensamente e analisa as estruturas repressivas, as cadeias de comando, os métodos de tortura, os crimes cometidos pelo regime militar. Assinala que a tortura e o extermínio foram políticas de Estado e que as Forças Armadas precisam assumir, institucionalmente, sua responsabilidade nas atrocidades cometidas. Identifica como responsáveis diretos ou indiretos por gravíssimos crimes 377 agentes do Estado, entre os quais dezenas de oficiais-generais das três Armas, a começar pelos ditadores Castello Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo.

No capítulo de recomendações ao Estado brasileiro, o relatório preconiza a anulação parcial da Lei da Anistia (1979), conforme decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, de modo a permitir a punição criminal dos agentes da Ditadura Militar que sequestraram, torturaram, assassinaram e praticaram outras atrocidades contra os inimigos do regime.

As principais recomendações:

- “Reconhecimento, pelas Forças Armadas, de sua responsabilidade institucional pela ocorrência de graves violações de direitos humanos durante a Ditadura Militar”;
- Responsabilização jurídica “criminal, civil e administrativa dos agentes públicos que deram causa às graves violações de direitos humanos ocorridas no período”, levando-se em conta que “a extensão da anistia a agentes públicos que deram causa a detenções ilegais e arbitrárias, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres é incompatível com o direito brasileiro e a ordem jurídica internacional”;

• “Reformulação dos concursos de ingresso e dos processos de avaliação contínua nas Forças Armadas e na área de segurança pública”, bem como “modificação do conteúdo curricular das academias militares e policiais, para promoção da democracia e dos direitos humanos”;

• “Criação de mecanismos de prevenção e combate à tortura”; “dignificação do sistema prisional e do tratamento dado ao preso”; “alteração da legislação processual penal para eliminação da figura do auto de resistência à prisão”;

• Revogação da Lei de Segurança Nacional; desmilitarização das Polícias Militares estaduais; “extinção das Justiças Militares estaduais e exclusão de civis da jurisdição da Justiça Militar Federal”;

• “Estabelecimento de um órgão permanente com atribuição de dar prosseguimento às ações e reco-

mendações da CNV”; “prosseguimento das atividades voltadas à localização, identificação e entrega aos familiares, para sepultamento digno, dos restos mortais dos desaparecidos políticos”; “prosseguimento e fortalecimento da política de localização e abertura dos arquivos da Ditadura Militar”.

• “Pactos” ou tabu? A cerimônia de entrega do relatório da CNV à Presidência da República — para a qual foram convidados, de última hora, 50 familiares de mortos e desaparecidos políticos — demonstrou que a posição do governo sobre o tema não mudou. A presidente Dilma Rousseff fez questão de se dissociar das conclusões do relatório no tocante à revogação parcial da Lei da Anistia.

No seu discurso, a presidente voltou a dizer que valoriza “os pactos políticos nacionais que conduziram o país à redemocratização”, numa referência indireta à Anistia. Repetiu essa afirmação, enfaticamente, poucos minutos depois, acrescentando: “A verdade não significa revanchismo”. Discorreu longamente sobre a capacidade da verdade de curar os traumas da so-

cidade, dando a entender que o governo não está disposto a tomar medidas que favoreçam a punição dos torturadores ou a democratização das Forças Armadas.

A solenidade do Planalto deixou claro que as pressões dos comandantes militares contra a CNV continuam ditando o comportamento do governo. O coordenador Dallari, que apresentou o relatório sem citar qualquer das suas conclusões, ainda fez questão de elogiar o ministro Celso Amorim, da Defesa. Nem Dallari nem Dilma, nos seus pronunciamentos, mencionaram as expressões “Ditadura Militar” e “Forças Armadas”.

Amorim, por sua vez, ficou em absoluto silêncio: era como se o assunto não lhe dissesse respeito.

Parte dos familiares presentes manifestou inconformismo. Um deles, o jornalista Pedro Pomar, editor da *Revista Adusp*, conseguiu falar com Dilma: defendeu a punição dos torturadores e pediu à presidente que reconsidere sua posição (<http://goo.gl/jRFthj>). Antes disso, um grupo de jovens do movimento Levante Popular ergueu uma faixa e pediu punição aos torturadores.

Nota da Adusp sobre ação da URV

Conforme noticiado no *Informativo Adusp* 390, de 24/9/2014 (p. 8), a Adusp obteve decisão favorável, no julgamento em segunda instância, da ação que move contra a USP, pleiteando a incorporação de 6,49% aos salários de todos os docentes, relativos à conversão dos salários em URV, juntamente com o pagamento corrigido dos atrasados dos cinco anos que antecedem o ajuizamento da ação.

Contudo, em recente julgamento dos embargos de declaração da Adusp ao Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), acórdão do mesmo TJ definiu que **a decisão alcançará apenas associados da Adusp à época do ajuizamento da ação, não abrangidos também os que ingressaram no serviço público estadual após junho de 1994.**

Tal entendimento é dissonante ao entendimento jurisprudencial, inclusive dos tribunais

superiores brasileiros, razão pela qual recorreremos e, se for necessário, interpondo Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Orientação. Contudo, o docente que por hora encontra-se excluído do alcance da decisão judicial merece todos os esclarecimentos necessários, o que passamos a fazer, para melhor orientá-lo quanto à decisão a tomar.

Assim, o/a docente pode aguardar o desfecho da ação coletiva da Adusp, na expectativa de que a decisão de exclusão dos não associados e dos ingressantes após 1994 seja revertida pelo STJ. Se revertida, ele será incluído como beneficiário dessa ação coletiva. Caso contrário, para fazer valer o direito, deverá o/a docente ajuizar ação individual e, nesse caso, iniciar novamente todo o processo até seu desfe-

cho, não havendo nenhuma garantia de que a decisão judicial na ação individual seja de teor idêntico à alcançada pela ação coletiva da Adusp.

Pondera-se, porém, sobre o eventual longo tempo a se aguardar até haver uma decisão definitiva nos tribunais superiores, correndo contra si, mês a mês, o instituto da prescrição, que implica em retroagir a decisão apenas aos últimos cinco anos a contar do ajuizamento da ação — como no caso da ação coletiva movida pela Adusp.

Nesse contexto, a fim de salvaguardar seus direitos, docentes excluídos/as pela decisão do TJ **podem ajuizar desde já ações individuais** e, assim, não aguardar o desfecho da ação coletiva. Quaisquer dúvidas a respeito podem ser dirimidas pelos filiados em consulta à Assessoria Jurídica da entidade.

LOA-2015: a intransigência do governo Alckmin

Durante a data-base 2014, ficou clara a urgência de ampliação do financiamento público às universidades estaduais paulistas. O Fórum das Seis elaborou um conjunto de propostas, iniciando este embate já na discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano (LDO-2015). A coordenação do Fórum das Seis permaneceu no plenário da Alesp no dia da votação até cerca de 1h da manhã, quando fomos informados pelo líder do governo, deputado Barros Munhoz (PSDB), falando do chão do plenário de debate da Alesp que o governo não tinha disposição de negociar coisa alguma em relação às emendas das universidades na LDO-2015. Permaneceram os atuais 9,57%, com os mesmos vícios que denunciávamos ao longo de todo o movimento: desconto da Habitação, não inclusão de parcelas importantes da dívida ativa etc.

As nossas reivindicações na LDO-2015, um adicional emergencial de 0,7% do ICMS-Quota Parte do Estado (ICMS-QPE), a inclusão na Lei Orçamentária Anual de 2015 (LOA-2015) de adicionais 0,7% do ICMS-QPE, mudanças na base de cálculo das universidades (para tornar-se a mesma que a dos municípios), assim como aumentar, na LDO-2016, os atuais 9,57% para 10% do total do produto do ICMS-QPE, foram todas protocoladas no Executivo, em ato realizado no Palácio dos Bandeirantes durante a greve. Alckmin sequer respondeu.

Iniciado o debate da Lei Orçamentária Anual (LOA-2015), no final de agosto, a coordenação do Fórum das Seis dirigiu-se à Alesp

para apresentar emendas ao projeto do Executivo. Debate, tentativa de convencimento e presença constante foram necessários para que as emendas com as reivindicações das universidades estaduais (adicionais 0,7% do ICMS-QPE etc.) fossem feitas a tempo – o prazo encerrava-se em 3/9 – pela bancada do PT e pelo presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP), deputado Mauro Bragato (PSDB). Nossa tática na construção dessas emendas foi introduzir uma nova seção na LOA-2015 (Disposições Gerais) e nela um artigo contendo as nossas reivindicações. Explicações detalhadas podem ser encontradas no editorial do *Informativo Adusp* 393, de 17/11/14. Registre-se que o Cruesp não chegou a obter emenda alguma com as suas reivindicações, análogas às nossas, mas com percentuais distintos.

Esta etapa concluída, iniciava-se outra: a tentativa de negociar com o governo, que controla cerca de 70 dos 94 deputados na Alesp. O Fórum das Seis pediu audiência com o líder do governo, Barros Munhoz, e com o Secretário da Fazenda, Andréa Calabi. A audiência com Calabi deverá ocorrer em 19/12, às 15h.

Na primeira reunião entre a coordenação do Fórum das Seis e Barros Munhoz, no dia 2/12/14, ficou claro que a proposta de emenda que havia sido apresentada tanto pelo PT, quanto pelo presidente da CFOP era inaceitável para o governo e não seria contemplada pela relatora da LOA-2015, deputada Maria Lúcia Amary (PSDB). Neste momento, a coordenação do Fórum das Seis

apresentou ao líder do governo uma alternativa, que poderia ser incorporada pela relatora em sua consolidação: uma nova seção (Disposições Gerais), onde constaria um artigo que, essencialmente, transformaria os 9,57% em 10%, calculados sobre o total do produto do ICMS-QPE. Foi dito ao líder do governo que a aceitação desta proposta facilitaria muito a negociação da LDO-2016 (que valerá para 2017). Barros Munhoz ficou de debater a questão no governo, comprometendo-se em dar uma resposta até o dia 9/12.

Neste dia (9/12), veio a resposta: o governo não aceitava incluir no relatório a nova proposta. Apresentamos ainda uma outra proposta para Barros Munhoz levar ao governador: manter os atuais 9,57%, porém manter também a mudança na base de cálculo, isto é, que a base de cálculo dos atuais 9,57% passasse a ser igual à dos municípios. Com isto, desapareceria o desconto da Habitação e seriam incluídas todas as alíneas da dívida ativa do ICMS-QPE que estão sendo sonegadas das universidades estaduais. De novo, o líder do governo ficou de fazer consultas e dar uma resposta. Desta vez a resposta não foi ao vivo: fomos informados, no fim da tarde de 10/12, que a relatora não havia incluído em sua consolidação uma linha sequer do que havíamos discutido com Barros Munhoz.

Registre-se que na terça-feira, 9/12, o Cruesp reuniu-se com a relatora Amary, defendendo a mesma proposta que a derradeira apresentada pela coordenação do Fórum das Seis ao líder do governo.

A coordenação do Fórum das Seis voltou à Alesp em 11/12, para

debater a questão com o presidente da CFOP, procurar o líder do governo e conversar com a relatora Amary. A oportunidade era uma sessão da CFOP, convocada para as 11h da manhã. O líder do governo não foi encontrado; entretanto, a coordenação do Fórum das Seis conversou com o presidente da CFOP, Mauro Bragato, com a relatora Amary, com o deputado Bruno Covas (PSDB) e com o líder do PT, João Paulo Rillo, entregando a todos cópia impressa da derradeira proposta que faremos: 9,57% do total do produto do ICMS-QPE.

O que se ouviu de todos é que a única alternativa agora é uma emenda de plenário, no momento da votação da LOA-2015; e que seria bom apresentar esta ideia no Colégio de Líderes, que deve reunir-se terça-feira, 16/12, às 14h. E lá estará a coordenação do Fórum das Seis, assim como no dia da votação, sempre com a perspectiva de negociação em defesa das estaduais paulistas. Ainda não sabemos o resultado final; avaliações sobre o desfecho, que podem parecer óbvias, não evitarão que levemos as nossas tarefas políticas à conclusão.

Por que contar esta história? Seria ótimo que cada colega soubesse que não foi por falta de iniciativa das organizações representativas, nem por falta de proposta ou de disposição de negociar que corremos o risco de não ter atendida a reivindicação urgente e justa das universidades estaduais. Ocorre que está longe de suficiente “ser justo” ou “ter razão”, para que nossas propostas sejam atendidas, mesmo quando o adversário parece reconhecer suas qualidades...

Juízes do STF e membros do MP poderão receber acima do teto salarial constitucional

No dia 10/12, a Proposta de Emenda à Constituição 63/2013, conhecida como “PEC dos Magistrados”, foi incluída na ordem do dia do Senado Federal. De autoria do senador Gim Argello (PTB-DF), a emenda estabelece o pagamento de um adicional por tempo de serviço a juízes federais e estaduais e

membros do Ministério Público Federal (MPF) e dos MPs estaduais, que já recebem um dos maiores salários do funcionalismo público e faria o benefício pago superar o teto salarial estabelecido pela Constituição, hoje de R\$ 29,4 mil.

O adicional seria de 5% do subsídio recebido a cada cinco

anos de serviço, chegando ao máximo de 35%. Calculado sobre os valores atuais, o salário de um ministro do STF chegaria a R\$ 39,7 mil; de um desembargador, R\$ 35,9 mil; e de juízes federais, R\$ 34,1 mil.

A proposta encontrou oposição, inclusive do governo federal, pelo impacto que causaria

aos cofres públicos e por incentivar outras carreiras a tentar idêntica medida. Mesmo assim foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em 21/5, passou por cinco sessões de discussão no plenário e acaba de entrar na ordem do dia. Continuaremos a acompanhar essa intrigante PEC.